

DISCLOSURE: UMA ANÁLISE DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DAS INFORMAÇÕES VOLUNTÁRIAS SOBRE O MEIO AMBIENTE DIVULGADAS POR COMPANHIAS ABERTAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA PERTENCENTES AOS SETORES DE ALTO IMPACTO AMBIENTAL

DOI: 10.19177/rgsa.v8e32019253-277

Juciléia Giacomini¹

Andressa Bergamin²

RESUMO

Esta pesquisa possui como objetivo verificar as categorias e subcategorias das informações divulgadas de forma voluntária de caráter ambiental, composta por uma amostra de sessenta e nove companhias abertas listadas na BM&FBovespa e pertencentes aos setores de alto impacto ambiental, evidenciadas nos Relatórios de Sustentabilidade ou Relatórios de Administração (caso a companhia não divulgue RS), correspondente ao exercício social de 2015. Trata-se de uma pesquisa descritiva, a fim de alcançar os objetivos; quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa documental; e quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Para a análise dos relatórios foi considerada a adaptação realizada por Coelho (2010) da métrica utilizada por Rover *et al.* (2008), composta por oito categorias ambientais e quarenta subcategorias ambientais. Os principais resultados alcançados na pesquisa mostram que a maioria das evidenciações foi do tipo declarativa e as categorias mais evidenciadas foram a que trata de outras informações ambientais e impactos dos produtos e processos. Observou-se que somente 31,88% das companhias divulgam Relatório de Sustentabilidade, o setor que evidenciou o maior volume de sentenças com informações relacionadas ao meio ambiente foi o de “Papel e Celulose”.

Palavras-chaves: Sustentabilidade. *Disclosure*. Contabilidade Ambiental.

¹ Mestre em Controladoria e Finanças pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: juci_giacomini@yahoo.com.br

² Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Anglicana de Erechim (FAE). E-mail: andressa2511@hotmail.com

DISCLOSURE: AN ANALYSIS OF THE CATEGORIES AND SUBCATEGORIES OF VOLUNTARY ENVIRONMENTAL INFORMATION DISCLOSED BY OPEN COMPANIES LISTED ON THE BM & FBOVESPA BELONGING TO THE HIGH ENVIRONMENTAL IMPACT SECTORS

ABSTRACT

The objective of this research was to verify the categories and subcategories of voluntarily disclosed environmental information, consisting of a sample of sixty-nine public companies listed on the BM & FBovespa and belonging to the high environmental impact sectors, evidenced in the Sustainability Reports or (If the company does not disclose RS), corresponding to the fiscal year of 2015. It is a descriptive research in order to reach the objectives; With regard to procedures, it is a documentary research; And about the approach of the problem, the research is characterized as qualitative. For the analysis of the reports, the adaptation by Coelho (2010) of the metric used by Rover et al. (2008), composed of eight environmental categories and forty environmental subcategories. The main results obtained in the research show that most of the evidences were of the declarative type and the most evidenced categories were those that deal with other environmental information and impacts of products and processes. The sector that evidenced the highest volume of environmental information was "Paper and cellulose", followed by the "Exploration of Highways" sector, and the company with the largest volume of information disclosure was Braskem SA, Followed by Vale SA. It was observed that only 31.88% of the companies disclose Sustainability Report, the category with the highest number of evidences was "other environmental information" and the sector that evidenced the highest volume of statements related to the environment was the "Paper And Cellulose".

Keywords: Sustainability. Disclosure. Environmental Accounting.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a preocupação da sociedade com o meio ambiente e a preservação ambiental está presente no contexto global. Movimentos sociais e pesquisas voltadas ao meio ambiente ganharam maior visibilidade, determinando mudanças no comportamento e, conseqüentemente, desenvolvendo uma conscientização mais sustentável.

Segundo Vellani e Ribeiro (2009) as sociedades nascem e se desenvolvem através das instituições, organizações e empresas que trabalham para atender as necessidades das pessoas. Isso significa que instituições, organizações e empresas,

criam um desenvolvimento sustentável que atua para satisfazer as necessidades da população regional, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazer suas necessidades.

A forma como as entidades lançam seu olhar em relação ao meio ambiente e a maneira como expõem de sustentabilidade vem ganhando maior evidência. Nesse sentido, notamos que é indispensável o dever das empresas de implantar um sistema de gerenciamento ambiental, que permita evidenciar informações úteis, auxiliando na tomada de decisão em relação a ações que amenizem danos ambientais. Rover *et al* (2008) pesquisou sobre a divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras pertencentes aos setores de alto impacto ambiental. O estudo tinha como objetivo examinar as informações ambientais divulgadas voluntariamente por essas empresas, e como conclusão os autores evidenciaram que a categoria com maior número de sentenças é a de “Políticas Ambientais”, seguida pela de “Informações Financeiras Ambientais”. Nesta pesquisa Rover *et al* (2008) sugeriu uma metodologia, classificando as informações ambientais em categorias e subcategorias.

Conforme metodologia sugerida por Rover *et al* (2008) e adaptada por Coelho (2010) surge o seguinte problema: *Quais seriam as categorias e subcategorias das informações voluntárias sobre o meio ambiente mais divulgadas por companhias abertas listadas na BM&FBovespa pertencentes aos setores de alto impacto ambiental?*

A pesquisa se justifica pela importância do tema, que ganha cada vez mais evidência, onde a contabilidade pode fornecer informações relevantes, contribuindo com pesquisas anteriores a respeito do tema e também futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A contextualização da presente pesquisa se dá a partir da discussão de temas fundamentais para a compreensão da divulgação voluntária ambiental. Dessa forma, serão apresentadas algumas concepções como: responsabilidade social corporativa, sustentabilidade empresarial, desenvolvimento sustentável, e evidenciação (*Disclosure*).

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Com o passar do tempo, o crescimento das empresas na sociedade e a exploração em grande escala dos recursos naturais, tornou evidente uma discussão das mesmas adotarem uma postura mais ativa ao que diz respeito à conservação ambiental, assim como o papel de responsabilidade das organizações.

Para Machado, Machado e Corrar (2009) o volume de estudos relacionados à responsabilidade social e ambiental tem aumentado, assim como o interesse da mídia, dos empresários e governantes. O autor afirma que a responsabilidade social engloba uma gestão empresarial, referindo-se ao modo como as organizações agem, sua postura ética e preocupação social e ambiental.

Nesse contexto surge a responsabilidade social corporativa. Para Smith (2003 apud LOS, 2014, p.17), a responsabilidade social corporativa diz respeito à obrigação da empresa com a sociedade, ou seja, a relação dispensada pela organização às partes interessadas que são afetadas por suas políticas e práticas empresariais.

A responsabilidade social das empresas tem como principal característica a coerência ética nas práticas e relações com seus diversos públicos, contribuindo para o desenvolvimento contínuo das pessoas, das comunidades e dos relacionamentos entre si e com o meio ambiente. Ao adicionar às suas competências básicas a conduta ética e socialmente responsável, as empresas conquistam o respeito das pessoas e das comunidades atingidas por suas atividades, o engajamento de seus colaboradores e a preferência dos consumidores (INSTITUTO ETHOS, 2001 apud MACHADO; MACHADO; CORRAR, 2009, p. 27).

Segundo Bassetto (2010) pode-se definir responsabilidade social como o compromisso que uma organização assume diante da comunidade por meio de ações e atitudes que a atingem positivamente, de modo geral, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativa e coerentemente no que se refere a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com a mesma.

2.2 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A atual população mundial vem em um processo de crescimento desigual, formando grandes áreas urbanas e consumindo excessivamente recursos naturais, o que faz com que não se consiga manter uma harmonia na relação do homem com o meio ambiente.

Para Barbieri *et al* (2010), na sociedade atual, a mídia, os movimentos sociais e ambientais, e o governo tem institucionalizado princípios relacionados ao desenvolvimento sustentável e ao respeito às políticas ambientais, criando pressões

institucionais. Com isso, surgem novos modelos organizacionais, que se adequam a nova fase que se inicia como é o caso das organizações inovadoras sustentáveis.

Vellani e Ribeiro (2009), apontam que são necessárias várias pequenas mudanças na cultura, nos princípios e nos negócios da humanidade. Uma dessas mudanças é a inserção da sustentabilidade nos processos de decisão das organizações, das instituições e, principalmente das empresas.

De acordo com Vellani e Ribeiro (2009, p.201):

A sustentabilidade pode ser visualizada como um conjunto de atitudes nos *bottom lines* econômico, social e ecológico. Semelhante à responsabilidade social, suas atividades colaboram para as empresas conseguirem um melhor relacionamento com todos os agentes envolvidos com seus negócios.

No meio empresarial, a sustentabilidade pode ter três dimensões: a econômica, a social e a ecológica. Essas dimensões são conhecidas internacionalmente como *Triple Bottom Line* (TBL) da sustentabilidade de um negócio. Segundo Vellani e Ribeiro (2009, p.189) o Conceito TBL:

mostra a necessidade das empresas avaliarem suas decisões estratégicas o *bottom line* econômico, o *bottom line* social e o *bottom line* ambiental, mantendo: a sustentabilidade econômica ao gerenciar empresas lucrativas e geradoras de valor; a sustentabilidade social ao estimular a educação, cultura, lazer e justiça social à comunidade; e a sustentabilidade ecológica ao manter ecossistemas vivos, com diversidade.

Barbieri *et al* (2010) afirma que nas empresas não basta inovar continuamente, mas inovar considerando as três dimensões da sustentabilidade:

- Dimensão social – é a preocupação com os impactos sociais nas sociedades, dentro e fora da organização. Podemos citar como exemplo o desemprego, a exclusão social, a pobreza, a diversidade organizacional, entre outros;
- Dimensão ambiental – maior atenção aos impactos ambientais, causados pelo uso de recursos naturais e pela emissão de poluentes;
- Dimensão econômica – é a importância dada para a eficiência econômica. Essa dimensão significa para as empresas a obtenção de lucro e a geração de vantagens competitivas nos mercados onde operam.

Considera-se que há um crescente movimento de conscientização, especialmente por parte das empresas, na utilização de recursos naturais, sendo necessária uma redução na emissão de agentes poluidores, visando minimizar os impactos ambientais e buscando alcançar um desenvolvimento sustentável.

2.2.1 Desenvolvimento Sustentável

Atualmente, o debate sobre desenvolvimento sustentável tem crescido e o tema ganhou destaque em diversos meios. Para Barbieri *et al* (2010, p.147) o movimento pelo desenvolvimento sustentável parece ser um dos movimentos sociais mais importantes deste início de século e milênio.

Segundo Costa (2012), Desenvolvimento Sustentável é a forma de desenvolvimento que não agride o meio ambiente de modo que não prejudica ou atrapalha o desenvolvimento futuro. Ainda segundo o autor, desenvolvimento sustentável é aquele capaz de atender as necessidades da atual geração, sem prejudicar a capacidade de suprir a demanda das futuras gerações.

Para Vellani e Ribeiro (2009), o termo desenvolvimento sustentável define que ações empresariais sustentáveis são aquelas que disponibilizam produtos e serviços que possam satisfazer as necessidades de seus clientes, gerar valor aos acionistas e à sociedade sem comprometer a continuidade da empresa e da sustentabilidade ecológica dos ecossistemas relacionados à atividade.

Desenvolvimento Sustentável é um projeto de gestão de recursos naturais que prevê a satisfação das necessidades imediatas e prementes da humanidade sem que se comprometa a existência das futuras gerações de pessoas que habitarão a Terra (COSTA, 2012, p.8).

O desenvolvimento sustentável não deve ser visto como uma medida inesperada que exige uma repentina adaptação, e sim como uma medida evolutiva que avance de forma vagarosa, com a intenção de integrar o progresso ao meio ambiente, desenvolvendo sem degradar (COSTA, 2012). Barbieri *et al* (2010) considera que as empresas devem mudar sua forma de atuação, ao se comprometer com o desenvolvimento sustentável, reduzindo os impactos sociais e ambientais, com isso encarar uma inovação sustentável, sendo que essas inovações podem contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável.

2.3 EVIDENCIAÇÃO (DISCLOSURE)

De acordo com Costa (2012) cada vez mais os empresários sofrem pressão para divulgarem, com transparência, sua atuação com o meio ambiente, se não fizerem comprometerão a continuidade de suas atividades. O autor afirma ainda, que a partir do momento em que as entidades adotarem doutrinas ambientais de proteção, recuperação e controle do meio ambiente, a divulgação dos gastos e investimentos

realizados durante o período social se tornará necessário para a boa imagem dessas entidades.

Para Beuren, Oliveira e Machado (2012), o interesse dos *stakeholders* na evidenciação, e a evolução da consciência ambiental nas empresas e na sociedade têm despertado interesse no meio acadêmico, sendo que nos últimos anos, algumas pesquisas foram desenvolvidas, tendo como objeto de estudo a evidenciação de informações ambientais. Uma das principais preocupações da contabilidade ambiental é evidenciar, de maneira nítida, os gastos decorrentes da questão ambiental, demonstrando ao público interessado o desempenho de certa empresa com o ambiente natural onde está inserida (COSTA, 2012).

Segundo Nossa (2002), o *disclosure* ambiental pode ser apresentado de maneira obrigatória, quando exigido por leis e regulamentos, ou voluntariamente, quando a evidenciação de informações é efetuada pela empresa de forma espontânea, mesmo que esteja baseado em normas e orientações.

2.3.1 Evidenciação Voluntária

Nossa (2002) afirma que quando o *disclosure* ambiental é realizado voluntariamente, este pode estar sendo elaborado conforme a vontade da empresa sem orientações pré-definidas ou pode ser com base em normas e diretrizes já estabelecidas por órgãos institucionais.

Rover *et al* (2008, p. 54) ressalta que a divulgação de informações voluntárias pode trazer benefícios às empresas como, por exemplo, a redução do custo de capital, o aumento da liquidez das ações e a criação de uma imagem ambientalmente correta.

2.3.2 Evidenciação Compulsória

Respeitando as padronizações das Normas Internacionais de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu, em 02 de dezembro de 2011, o CPC 26, que tem como objetivo estabelecer requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo. O CPC 26 relaciona a evidenciação obrigatória completa que as organizações estão sujeitas, sendo que nas suas demonstrações contábeis devem estar incluídas:

- a) Balanço patrimonial ao final do período;

- b) Demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente do período;
- c) Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- d) Demonstração dos fluxos de caixa do período;
- e) Notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;
- f) Balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplicar uma política contábil retrospectivamente ou proceder à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis, ou quando proceder à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis;
- g) Demonstração do valor adicionado do período, conforme Pronunciamento Técnico CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente.

A *Global Reporting Initiative* (GRI) apresenta as Diretrizes GRI para Relato de Sustentabilidade, que oferecem princípios, conteúdos e um manual de implementação para que diferentes organizações, independentemente de seu porte, setor ou localização, possam elaborar relatórios de sustentabilidade. As Diretrizes constituem uma referência internacional para todos os interessados na divulgação de informações sobre a forma de gestão das organizações, seu desempenho ambiental, social e econômico e impactos ambientais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, compreendendo sua classificação, a população e a amostra, a forma de coleta e de tratamento de dados e como se estruturou a análise dos dados.

Com a intenção de alcançar os objetivos, esta pesquisa é definida como uma pesquisa descritiva, pois conforme Gil (2002, p. 42) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos, que se refere à maneira pela qual se conduzirá o estudo, trata-se de uma pesquisa documental. A presente pesquisa caracteriza-se

como qualitativa, à medida que se busca identificar, em termos relevantes, as categorias e subcategorias das informações voluntárias sobre o meio ambiente mais divulgadas por companhias abertas listadas na BM&FBovespa pertencentes aos setores de alto impacto ambiental.

A população da pesquisa é formada por companhias abertas com ações negociadas na BM&FBovespa em 2015, excluindo-se as pertencentes ao setor financeiro, regidas por legislação própria emanada do Banco Central do Brasil. Para a seleção da amostra, serão consideradas as companhias que integram os setores de alto impacto ambiental, em conformidade com a Lei nº 10.165/2000. Essa escolha justifica-se pelo fato dessas companhias supostamente se comprometerem com uma maior divulgação relacionadas com o meio ambiente.

A amostra inicialmente era composta por oitenta e nove companhias, pertencentes aos setores de alto impacto ambiental. No entanto, para a constituição da amostra foram excluídas as companhias constituídas como *holdings* e controladas por companhias já listadas, evitando assim a duplicidade das informações analisadas, somando um total de vinte companhias excluídas. Dessa maneira, a amostra final do estudo é composta por sessenta e nove companhias, conforme apresentado no quadro abaixo.

As sessenta e nove (69) companhias compostas na amostra da pesquisa publicaram Relatório de Sustentabilidade ou Relatório de Administração em 2015. Para fins desta pesquisa, verificou-se os Relatórios de Sustentabilidade, e na falta deste, analisou-se o Relatório de Administração, visto que o objetivo é verificar o que as empresas estão divulgando a respeito do meio ambiente em seus relatórios. No total, foram examinados vinte e dois (22) Relatórios de Sustentabilidade com mil quatrocentos e nove páginas (1.409), e quarenta e sete (47) Relatórios de Administração com quinhentas e quarenta páginas (540), somando sessenta e nove documentos (69) e contendo um total de mil novecentas e quarenta e nove páginas (1.949).

Os dados obtidos por meio da pesquisa foram tabulados em planilhas do software *Excel*, em que os Relatórios de Sustentabilidade e os Relatórios de Administração (nos casos de empresas que não divulgam RS) foram analisados, verificando-se assim o posicionamento das empresas frente ao tema foco do estudo.

Para a análise dos relatórios foi considerada a adaptação realizada por Coelho (2010) da métrica utilizada por Rover *et al.* (2008), composta por 8

categorias ambientais e 40 subcategorias ambientais conforme apresentado no Quadro 01, para fins de comparabilidade dos resultados.

Quadro 01 - Estrutura conceitual para análise das informações ambientais

1. Políticas Ambientais	2. Sistemas de Gerenciamento Ambiental
1.1 Declaração das políticas/práticas/ações atuais e futuras	2.1 ISOs 9.000 e/ou 14.000
1.2 Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	2.2 Outras certificações ambientais (RoHs; FSC; etc.)
1.3 Declarações de que a empresa está (ou não) em obediência com leis, licenças e órgãos ambientais	2.3 Auditoria ambiental
1.4 Parcerias ambientais	2.4 Gestão ambiental
1.5 Garantias ambientais	
1.6 Prêmios e participações em eventos, programas e índices ambientais	
3. Impactos dos Produtos e Processos	4. Energia
3.1 Desperdícios/Resíduos	4.1 Conservação e/ou utilização mais eficiente de energias nas operações
3.2 Processo de acondicionamento (embalagem)	4.2 Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia
3.3 Reciclagem	4.3 Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia
3.4 Desenvolvimento de produtos ecológicos	4.4 Desenvolvimento de novas fontes de energia
3.5 Impacto na área de terra utilizada	
3.6 Odor	
3.7 Uso eficiente / Reutilização da água	
3.8 Vazamentos / Derramamentos	
3.9 Aumento / Redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) / Emissões atmosféricas	
3.10 Reparos aos danos ambientais	
5. Informações Financeiras Ambientais	6. Educação, Treinamento e Pesquisa
5.1 Investimentos ambientais	6.1 Educação ambiental (internamente e/ou comunidade)
5.2 Custos/Despesas ambientais	6.2 Pesquisas relacionadas ao meio ambiente
5.3 Passivos/Provisões ambientais	
5.4 Práticas contábeis de itens ambientais	
5.5 Seguro ambiental	
5.6 Ativos ambientais tangíveis e intangíveis	
7 Mercado de Créditos de Carbono	8 Outras Informações Ambientais
7.1 Projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL)	8.1 Menção sobre sustentabilidade ou Desenvolvimento sustentável
7.2 Créditos de carbono	8.2 Gerenciamento de florestas/reflorestamento
7.3 Certificados de Emissões Reduzidas (CER)	8.3 Conservação e recuperação da biodiversidade
	8.4 Processos legais de natureza ambiental
	8.5 Menção ou divulgação de demonstrações e/ou relatórios ambientais complementares (balanço social; relatório de sustentabilidade; etc.).

Fonte: Coelho (2010, p. 87-89).

Após a definição das categorias e das subcategorias das informações relacionadas com o meio ambiente, o próximo passo consistiu na definição dos critérios para a análise das características da informação ambiental evidenciada, iniciando com os tipos de evidenciação conforme estabelecido por Nossa (2002), como segue:

- a) tipo 1 - declarativa: quando a informação qualitativa é descrita e expressa em termos descritivos;
- b) tipo 2 - quantitativa monetária: quando a informação quantitativa é descrita e expressa em números de natureza financeira;
- c) tipo 3 - quantitativa não-monetária: quando a informação quantitativa é descrita e expressa em números de natureza não financeira;
- d) tipo 4 - quantitativa monetária e não-monetária: quando a informação quantitativa é descrita e expressa tanto em números de natureza financeira quanto de natureza não-financeira.

Esses tipos de evidenciação também foram utilizados em pesquisas nacionais realizadas Coelho (2010); Gallon e Beuren (2007). As quantidades de sentenças evidenciadas nos relatórios por tipo de evidenciação foram devidamente identificadas e tabuladas em planilhas *Excel* para posterior análise.

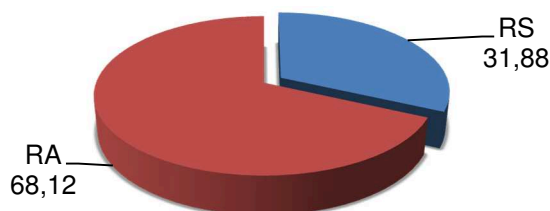
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 EVIDENCIAÇÃO (*DISCLOSURE*) NOS RELATÓRIOS

O Relatório de Sustentabilidade (RS) apresenta informações de ordem ambiental, social e econômica, na qual sua divulgação ocorre de forma voluntária, sem obrigatoriedade ou exigência de publicação anual. O Relatório de Administração é exigido pela legislação societária, contudo o conteúdo apresentado é voluntário. No Gráfico 1 demonstra a quantidade de Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios de Administração que serviram de base para a obtenção das informações relacionadas com a divulgação ambiental apresentada pelas companhias da amostra.

Gráfico 1 – Relatórios de Sustentabilidade e Administração divulgados

Relatórios de Sustentabilidade e Administração



Fonte: Elaborado pelos autores

Das companhias que integraram a amostra sessenta e nove (69), foram identificados e analisados vinte e dois (22) Relatórios de Sustentabilidade, correspondente a 31,88%, totalizando mil quatrocentos e nove páginas de relatório (1.409). Para as demais quarenta e sete (47) companhias utilizou-se o Relatório de Administração, equivalente a 68,12%, somando um total de quinhentas e quarenta páginas (540).

4.2 EVIDENCIAÇÃO DAS CATEGORIAS

As categorias divulgadas pelas companhias totalizaram duas mil seiscentas e oitenta e sete sentenças (2.687), conforme dados expostos na Tabela 01.

Tabela 01 – Distribuição quantitativa das sentenças divulgadas pelas companhias por categoria

Categorias	Quantidade de sentenças	%
1. Políticas ambientais	267	9,94
2. Sistemas de Gerenciamento ambiental	202	7,51
3. Impactos dos Produtos e Processos	715	26,61
4. Energia	134	4,99
5. Informações financeiras ambientais	66	2,46
6. Educação, Treinamento e Pesquisa	163	6,06
7. Mercado de Créditos de Carbono	10	0,38
8. Outras Informações Ambientais	1130	42,05
Total	2687	100

Fonte: Elaborado pelos autores

A categoria mais evidenciada, outras informações ambientais, representa 42,05% do total de sentenças divulgadas. Na sequência, Impactos dos produtos e processos, contem 715 sentenças, que representa 26,61% do total de evidenciações.

As categorias políticas ambientais, sistemas de gerenciamento ambiental e educação, treinamento e pesquisa, representam, respectivamente, 9,94%, 7,51% e 6,06% do total de sentenças das categorias evidenciadas.

Este resultado vem de encontro com pesquisas anteriores, Coelho (2010) também pesquisou as categorias e subcategorias das informações ambientais evidenciadas e nesta pesquisa, verificou que a maioria das informações ambientais divulgadas pelas empresas que compõem a população pertence à categoria “Políticas Ambientais”. Em seguida aparecem as categorias “Impacto dos Produtos e Processos”, “Informações Financeiras Ambientais” e “Outras Informações Ambientais”.

Giacomin (2016), demonstrou em sua pesquisa que a categoria mais evidenciada, impactos dos produtos e processos, representa 30,74% do total de sentenças divulgadas. Outras informações ambientais, representam 26,45% do total de evidenciações. E por fim, divulgações de informações sobre políticas ambientais e informações financeiras ambientais.

Considerando a categoria com maior número de sentenças evidenciadas (outras informações ambientais), no Gráfico 2 temos a seguinte distribuição por subcategorias.

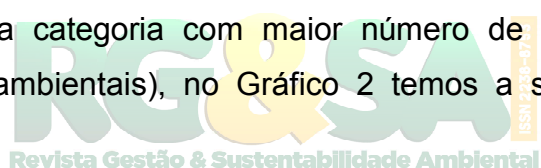
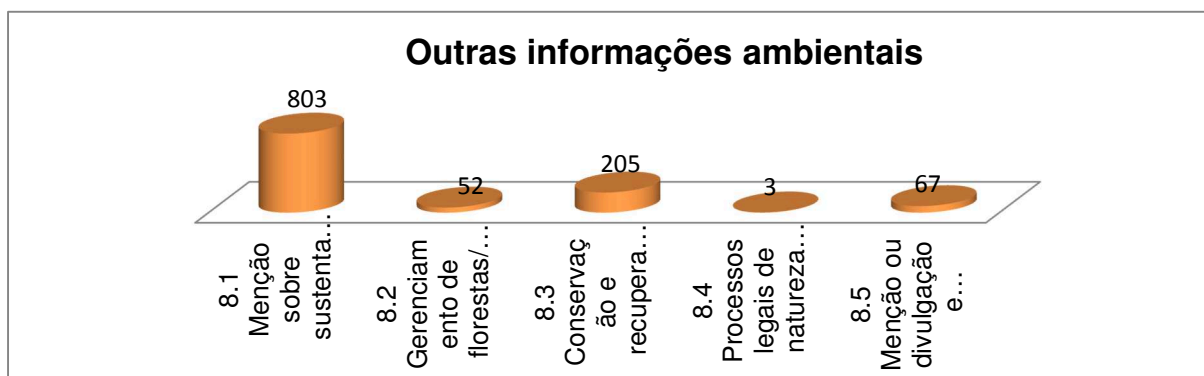


Gráfico 2 – Subcategorias da categoria outras informações ambientais



Fonte: Elaborado pelos autores

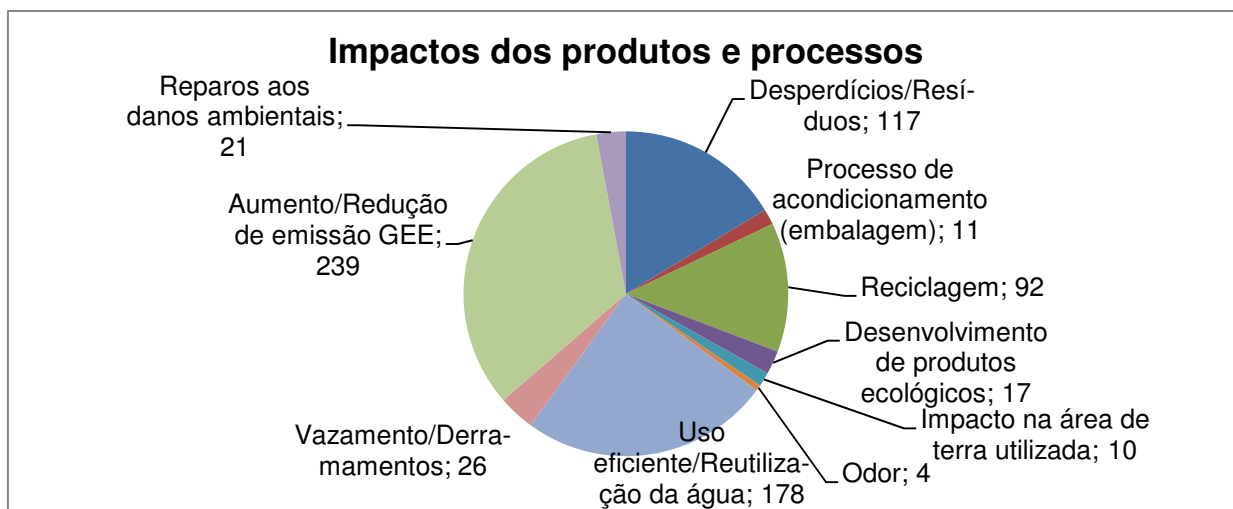
Nota-se que a subcategoria mais evidenciada é a menção sobre sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, com total de 803 sentenças. As subcategorias conservação e recuperação da biodiversidade, menção ou divulgação de demonstrações e/ou relatórios ambientais (balanço social) e gerenciamento de floresta/reflorestamento vem em seguida com 205, 67 e 52 sentenças, respectivamente. Por fim aparecem os processos legais de natureza ambiental com 3 sentenças.

Um exemplo de menção sobre sustentabilidade tem-se no Relatório de Sustentabilidade da companhia Arteris (2015, p. 48), onde consta: “A Sustentabilidade é um dos pilares da Arteris, refletido nas ações desenvolvidas a favor da comunidade e do meio ambiente”. Da mesma forma, tem-se no Relatório de Sustentabilidade da companhia Bombril (2015, p. 5): “Cada vez mais, reconhecemos que a sustentabilidade é mais que um risco ou uma oportunidade: é um caminho sem volta para a organização”.

Na subcategoria conservação e recuperação da biodiversidade, tem-se como exemplo o que consta no Relatório de Sustentabilidade da companhia Braskem (2015, p. 20), que traz a seguinte afirmação: “Resgate de realocação de 549 indivíduos da fauna silvestre local, entre anfíbios, répteis e mamíferos”.

A categoria impactos dos produtos e processos teve grande número de evidenciações, conforme apresentado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Subcategorias da categoria impactos dos produtos e processos



Fonte: Elaborado pelos autores

Na categoria impactos dos produtos e processos, as subcategorias aumento/redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e uso eficiente/reutilização da água se destacaram com 239 e 178 sentenças evidenciadas, nessa ordem.

O Relatório de Sustentabilidade da companhia Suzano (2015, p. 45), apresenta a seguinte declaração referente a subcategoria aumento/redução de GEE: “A implantação do novo digestor da Unidade Suzano, que permitiu queda de 34% no

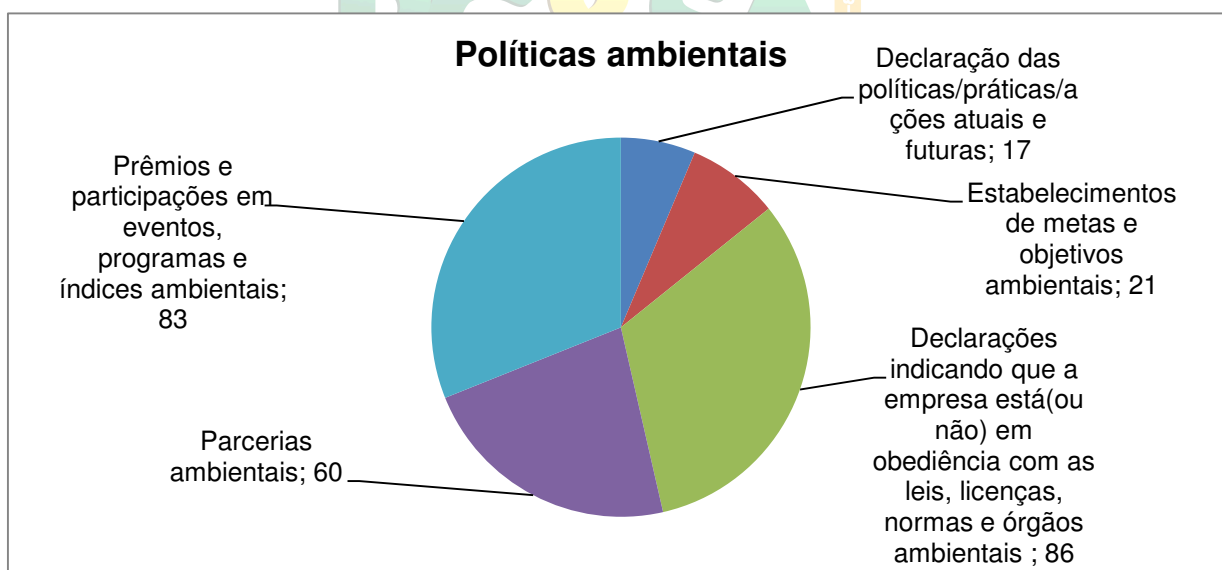
consumo de gás natural, representa redução de 115 mil tCO₂ equivalente em nosso balanço de emissões”.

Na subcategoria uso eficiente/reutilização da água tem-se como exemplo o que consta no Relatório de Sustentabilidade da Ultrapar (2015, p. 49): “A unidade obteve, por exemplo, uma economia de 200 litros por mês, ao reutilizar a água usada na lavagem de equipamentos e higienização”.

As subcategorias desperdícios/resíduos e reciclagem tiveram evidenciações relevantes, sendo 117 e 92 sentenças, respectivamente. As demais subcategorias estão evidenciadas da seguinte maneira: vazamentos/derramamentos 26 sentenças, reparos aos danos ambientais 21 sentenças, desenvolvimento de produtos ecológicos com 17 sentenças, processo de acondicionamento (embalagem) com 11 sentenças, impacto na área de terra utilizada 10 sentenças, e por fim, a subcategoria odor com 4 sentenças.

A terceira categoria mais evidenciada foi a de políticas ambientais, e as distribuições de suas subcategorias estão apresentadas no gráfico abaixo (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Subcategorias da categoria políticas ambientais



Fonte: Elaborado pelos autores

Na categoria de políticas ambientais, as subcategorias que apontam que as companhias declaram que a empresa está (ou não) em obediência com as leis, licenças, normas e órgãos ambientais e os prêmios e participações em eventos, programas e índices ambientais, ganharam maior evidenciação com, respectivamente, 86 e 83 sentenças.

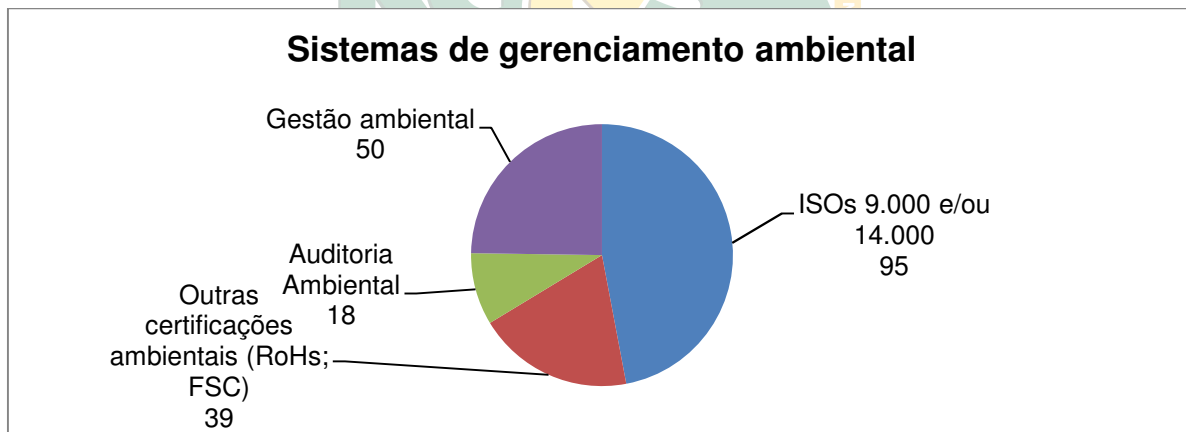
Pode-se citar na subcategoria de prêmios e participações em eventos, programas e índices ambientais, o que consta no Relatório de Sustentabilidade da companhia CCR, que apresenta a seguinte sentença:

Em 2015, a Companhia foi selecionada, pelo quinto ano consecutivo, para compor a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que lista as empresas com melhor desempenho em gestão e práticas de sustentabilidade, considerando a eficiência econômica, as práticas de governança e a responsabilidade socioambiental (CCR, 2015, p.21).

As subcategorias declaração de políticas/práticas/ações atuais e futuras, estabelecimento de metas e objetivos ambientais e parcerias ambientais, obtiveram, nessa ordem, 17, 21 e 60 sentenças evidenciadas. No Relatório de Sustentabilidade da companhia MRS Logística (2015, p. 22) tem-se um exemplo de parcerias ambientais, em que é mencionado: “Essa área foi definida em parceria com o IBAMA e com INEA e contribuiu ainda mais para consolidar a sustentabilidade da operação da MRS” (MRS, 2015). Não houve sentenças na subcategoria garantias ambientais em nenhum dos 69 documentos analisados.

No Gráfico 5 tem-se a evidenciação da categoria Sistemas de gerenciamento ambiental e suas subcategorias.

Gráfico 5 – Subcategorias de Sistemas de gerenciamento ambiental



Fonte: Elaborado pelos autores

A subcategoria mais evidenciada, ISOs 9.000 (gestão da qualidade) e/ou 14.000 (gestão ambiental), possui 95 sentenças divulgadas. No Relatório de Sustentabilidade da companhia Usiminas (2015, p. 7), tem-se o seguinte exemplo de sentença sobre a subcategoria ISOs: “A Usiminas torna-se a primeira siderúrgica do Brasil e a segunda do mundo a alcançar o certificado ISO 14001 (de gestão ambiental)”. Outro exemplo tem-se no Relatório de Sustentabilidade da QEGP Participações (2015, p. 17), onde consta: “Em 2015, a QGEP obteve, após auditoria,

a manutenção da certificação ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e OHSAS 18001 (Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional), demonstrando a relevância dos temas para a Companhia”.

A evidenciação das demais subcategorias são, respectivamente, gestão ambiental (50 sentenças), outras certificações ambientais (39 sentenças) e auditoria ambiental (18 sentenças).

Em relação a educação, treinamentos e pesquisa, a próximo gráfico demonstra a distribuição as subcategorias (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Subcategorias de Educação, treinamentos e pesquisa

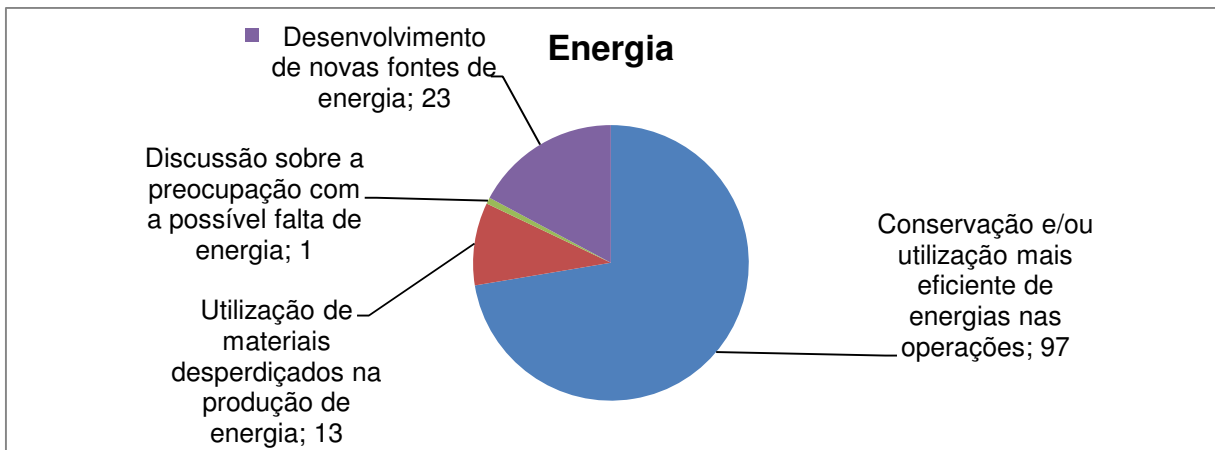


Fonte: Elaborado pelos autores

A subcategoria educação ambiental teve o maior número de sentenças (131 sentenças) representando 80% do total da categoria. Pesquisas relacionadas ao meio ambiente aparecem com 32 sentenças. Tem-se como exemplo o que consta no Relatório de Sustentabilidade da companhia Arteris (2015, p. 51): “Junho Verde: conscientização sobre o consumo responsável dos recursos naturais e a preservação das florestas. A iniciativa marcou as comemorações do Dia Internacional do Meio Ambiente e foi realizada em 164 escolas”.

A categoria que traz temas relacionados à energia teve a seguinte distribuição de subcategorias (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Subcategorias da categoria energia

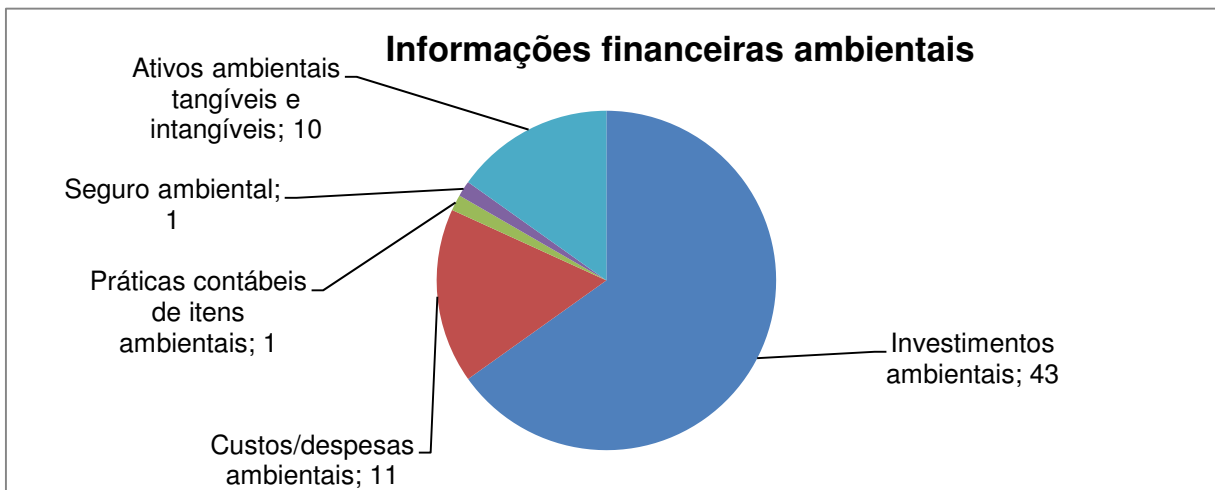


Fonte: Elaborado pelos autores

A subcategoria conservação e/ou utilização mais eficiente de energias nas operações, aparece com 97 sentenças (72,39%). No Relatório de Sustentabilidade da companhia Bombril (2015, p. 53), tem-se como exemplo a sentença: “Por meio de ações de modernização de equipamentos, conscientização das equipes e projetos como o TPM, a Bombril registra melhoria constante em sua eficiência no uso de energia”. As subcategorias desenvolvimento de novas fontes de energia, utilização de materiais desperdiçados na produção de energia e discussão sobre a possível falta de energia, aparecem com 23, 13 e 1 sentença, respectivamente.

O gráfico abaixo apresenta a categoria informações financeiras ambientais e a distribuição das subcategorias (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Subcategorias da categoria informações financeiras ambientais



Fonte: Elaborado pelos autores

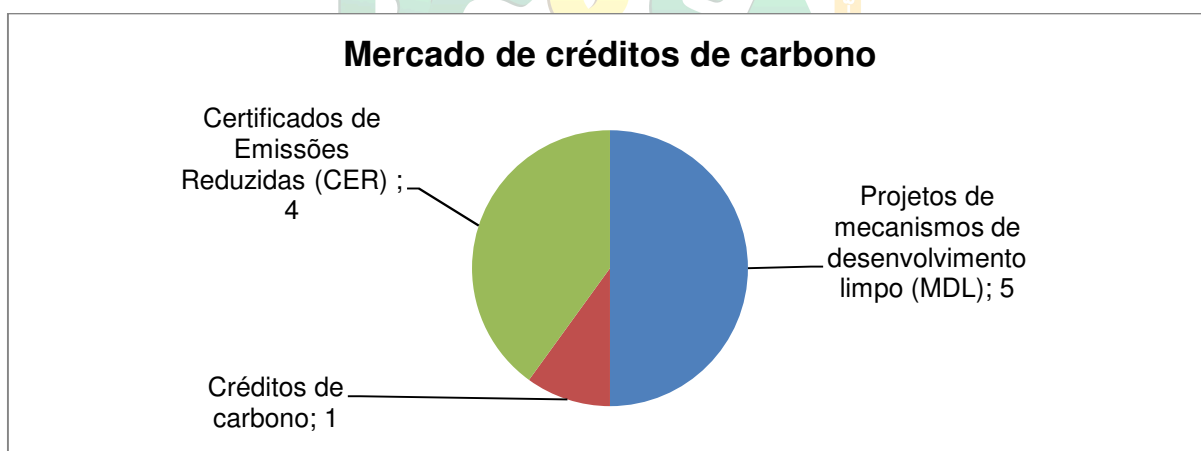
A subcategoria com maior número de sentenças foi investimentos ambientais (43 sentenças), seguida de custos/despesas ambientais (11 sentenças), ativos ambientais tangíveis e intangíveis (10 sentenças), e finalmente, seguro ambiental e

práticas contábeis, apareceram igualmente com uma sentença cada. A subcategoria passivos/provisões ambientais não teve menção em nenhum dos documentos analisados.

Um exemplo de investimentos ambientais tem-se no Relatório de Sustentabilidade da companhia Vale (2015, p. 10), onde consta: “Manteremos o compromisso com as comunidades e o meio ambiente como temos feito nos últimos anos, assegurando os recursos investidos na área socioambiental, que em 2015 somaram em torno de US\$ 800 milhões”.

A categoria que apresentou o menor número de sentenças foi referente ao mercado de créditos de carbono, como mostra o gráfico a seguir (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Subcategorias da categoria mercado de créditos de carbono



Fonte: Elaborado pelos autores

A subcategoria projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) aparecem com 5 sentenças, seguida por certificados de emissões reduzidas (CER) com 4 sentenças, e créditos de carbono, com apenas uma sentença evidenciada. Como exemplo de projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL), podemos citar o que consta no Relatório de Sustentabilidade da companhia Irani (2015, p. 27): “Os mecanismos de desenvolvimento limpo (MDLs) Caldeira de Cogeração e Modernização da Estação de Tratamento de Efluentes substituíram antigas fontes de emissão de metano por dióxido de carbono”.

4.3 TIPOS DE DIVULGAÇÃO EFETUADAS

Das sessenta e nove (69) companhias que compõem a amostra, dezenove (27,53%) não divulgaram qualquer tipo de informação ambiental nos relatórios examinados. São elas: Minas Maquinas S.A., WLM – Indústria e Comércio S.A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes, Hidrovias do Brasil, Tegma Gestão Logística, Vitalyze ME Saúde e Tecnologia, Litel Participações S.A., MMX Mineração e Metálicos, Nutriplant Indústria e Comércio S.A., GPC Participações S.A., Fibam Companhia Industrial, Mangels Industrial S.A., Panatlantica S.A., Cosan Limited, Refinaria de petróleo Manguinhos S.A., Brasil Pharma S.A., Cremer S.A., Profarma Distrib. Prod. Farmacêuticos e Raia Drogasil.

Os tipos de divulgação realizados pelas companhias constam na Tabela 02, levando em conta a quantidade de sentenças.

Tabela 02 - Tipos de informações divulgadas pelas companhias

Tipos de evidências	Quant.	%
Tipo 1 - Declarativa	2247	83,62
Tipo 2 - Quantitativa monetária	62	2,31
Tipo 3 - Quantitativa não monetária	366	13,62
Tipo 4 - Quantitativa monetária e não monetária	12	0,45
TOTAL	2687	100

Fonte: Elaborado pelos autores

A maioria das sentenças evidenciadas nos documentos analisados são do tipo declarativa (83,62%), seguidas de quantitativa não monetária (13,62%), quantitativa monetária (2,31%) e, por fim, quantitativa monetária e não monetária (0,45%).

Um exemplo de evidenciação declarativa tem-se no Relatório de Sustentabilidade da companhia Arteris, relacionada com a subcategoria conservação e recuperação da biodiversidade, onde consta:

Para proteger a fauna local e reduzir atropelamentos, as empresas também adotam cercas e telas, que direcionam os animais para passagens específicas, e reforçam a sinalização de alerta aos motoristas nos trechos sujeitos a travessia de animais (ARTERIS, 2015, p. 52).

Já uma evidenciação do tipo quantitativa não monetária é observada no Relatório de Sustentabilidade da companhia Vale (2015, p. 67) correspondente à subcategoria aumento/redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE), onde

consta: “Considerando a carteira dos projetos da Meta Carbono e outros projetos adicionais, em 2015 a Vale reduziu suas emissões de Escopo 1 em cerca de 1 milhão de tCO₂e [...]”.

No Relatório de Sustentabilidade da companhia Suzano (2015, p. 41), tem-se um exemplo de evidenciação quantitativa monetária, relacionada com a subcategoria investimentos ambientais, em que é mencionado: “Em 2015, nossos gastos e investimentos com proteção ambiental somaram R\$ 19,2 milhões”.

Um exemplo de evidenciação do tipo quantitativa monetária e não monetária consta no Relatório de Sustentabilidade da companhia Braskem (2015) relacionado com a subcategoria uso eficiente/reutilização da água, onde consta:

[...] implantação de projeto de reuso de água de selagem das extrusoras permitiu reutilização de 110 m³ por dia, além de promover a redução de 62 m³ por dia de água desmineralizada, totalizando uma economia anual estimada de R\$ 291.000,00 (BRASKEM, 2015, p. 69).

Conceitua-se que quanto mais evidenciações dos tipos 2, 3 e 4 forem verificadas nos relatórios divulgados pelas companhias, mais nitidamente pode-se notar a contribuição da contabilidade no fornecimento dos dados divulgados.

4.4 EVIDENCIAÇÃO DAS CATEGORIAS POR SETOR DE ATUAÇÃO

O setor que mais divulgou informações relacionadas ao meio ambiente foi o de “Papel e Celulose”, correspondendo a um total de 515 sentenças, acompanhado pelo setor de “Exploração de Rodovias”, com um total de 513 sentenças. Em seguida têm-se os setores de: “Petroquímicos” (334 sentenças), “Minerais Metálicos” (223 sentenças), “Siderurgia” (212 sentenças), “Petróleo, Gás e Biocombustíveis” (202 sentenças), “Serviços de Apoio e Armazenagem” (187 sentenças), “Produtos de Limpeza” (129), “Produtos de Uso Pessoal” (93 sentenças), “Fertilizantes e Defensivos” (85 sentenças), “Medicamentos e Outros Produtos” (61 sentenças), e o setor de “Artefatos de Cobre” (54 sentenças).

Por outro lado, os setores que menos divulgaram informações ambientais são os setores de “Transporte Ferroviário”, “Artefatos de Cobre”, “Transporte Rodoviário” e “Transporte Hidroviário” com um total de 27, 25, 17 e 9 sentenças respectivamente. O setor de “Artefatos de Ferro e Aço” apareceu apenas com uma sentença, e os setores de “Material de Transporte” e “Transporte Aéreo” não publicaram nenhuma informação de caráter ambiental.

4.5 RANKING DE EVIDENCIAÇÃO DAS EMPRESAS

De um modo geral, observa-se que a maioria das informações ambientais divulgadas pelas empresas que compõem a população é declarativa, e não evidencia o montante e os valores monetários investidos em ações para o meio ambiente. Abaixo segue o ranking das 20 empresas que mais divulgaram informações ambientais em seus Relatórios de Sustentabilidade ou de Administração.

Tabela 03 – Ranking de evidenciação das empresas

	Empresas	Número de sentenças
1	BRASKEM S.A	242
2	VALE S.A	216
3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.	215
4	FIBRIA CELULOSE S.A	181
5	CELULOSE IRANI S.A	180
6	USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A	132
7	BOMBRIL S.A	129
8	TPI - TRIUNFO PARTICIP E INVEST	123
9	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A	105
10	SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES	98
11	NATURA COSMETICOS S.A	93
12	ELEKEIROZ S.A	92
13	FERTILIZANTES HERINGER S.A	85
14	QGEP PARTICIPAÇÕES	84
15	CCR S.A	78
16	WILSON SONS LTDA	71
17	ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A	60
18	PARANAPANEMA	54
19	PETROLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS	50
20	OURO FINO SAUDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES	47

Fonte: Elaborado pelos autores

A empresa com maior volume de divulgação de informações relacionadas ao meio ambiente foi a companhia Braskem S.A., do setor de “Petroquímicos” que divulgou 242 sentenças, seguida pela companhia Vale S.A., do setor de “Minerais Metálicos” que evidenciou 216 sentenças, e a companhia Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., do setor de “Exploração de Rodovias”, que divulgou 215 sentenças. Essas empresas demonstram sua preocupação em evidenciar suas ações com o meio ambiente, mesmo que a evidenciação não seja obrigatória atualmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi verificar as categorias e subcategorias das informações voluntárias sobre o meio ambiente mais divulgadas por companhias abertas listadas na BM&FBovespa, pertencentes aos setores de alto impacto ambiental, com base na métrica utilizada por Rover *et al* (2008). Para análise foi considerada a adaptação realizada por Coelho (2010).

Os dados foram obtidos por meio da divulgação realizadas pelas companhias no Relatório de Sustentabilidade ou Relatório de Administração (no caso das companhias que não divulgam RS), exercício findo em 31/12/2015, considerando uma amostra composta por sessenta e nove companhias.

Observou-se que nem todas as companhias divulgam Relatório de Sustentabilidade, já que sua divulgação ocorre de forma voluntária, sendo que 31,88% divulgam (22 companhias). No caso das demais quarenta e sete companhias (68,12%) utilizou-se o Relatório de Administração, sendo que sua publicação é exigida por legislação, contudo o conteúdo exposto é voluntário. Apurou-se ainda que das sessenta e nove companhias que compõem a amostra, dezenove (27,53%) não divulgaram qualquer tipo de informação de cunho ambiental nos Relatórios de Sustentabilidade e de Administração (caso das companhias que não divulgam RS) examinados.

A avaliação do conteúdo dos relatórios permitiu observar que a maior parte das evidenciações foi de tipo declarativa, ou seja, trazendo apenas termos ou informações descritivas, com pequena utilização dos outros tipos de divulgação, como quantitativa monetária, quantitativa não monetária e quantitativa monetária e não monetária.

Constatou-se que a categoria com maior número de evidenciações foi a de outras informações ambientais divulgadas pelas companhias, totalizando 42,05% do número de sentenças (1.130 sentenças). Seguida pela categoria dos impactos dos produtos e processos, com 26,61% das sentenças (715 sentenças).

O setor que evidenciou o maior volume de sentenças com informações relacionadas ao meio ambiente foi o de “Papel e Celulose”, correspondendo a 515 sentenças, seguido pelo setor de “Exploração de Rodovias” com um total de 513 sentenças. Cabe destacar que a empresa com maior volume de divulgação de

informações relacionadas ao meio ambiente foi a companhia Braskem S.A. que divulgou 242 sentenças.

O resultado da pesquisa revela a necessidade de conscientização por parte das empresas. Resultado que vem ao encontro com pesquisas anteriores, Giacomini (2016) reforça que a necessidade de maior conscientização por parte dos gestores, bem como da sociedade de modo geral, que está relacionada e tem importante participação no processo, seja na cobrança, na busca de informações, no acompanhamento, no posicionamento ou nas ações individuais no dia-a-dia.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia De; ANDREASSI, Tales; VASCONCELOS, Flávio Carvalho De. **Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições**. RAE, São Paulo, v.50, n.2, p.146-154, Abr./Jun. 2010.

BASSETTO, Luci Inês. **A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia –COPEL**. *Gest. Prod.*, São Carlos, v.17, n.3, p. 639-651, 2010.

Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo, Atlas, 2013.

BEUREN, Ilse Maria; OLIVEIRA, Araceli Farias De; MACHADO, Débora Gomes. **Evidenciação ambiental de empresas de setores potencialmente poluidores listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. *Revista de Gestão Social e Ambiental -RGSA*, São Paulo, v.6, n.1, p. 20-37, Jan./Abril. 2012.

COELHO, F. Q. **Uma análise dos fatores diferenciadores na divulgação de informações voluntária sobre o meio ambiente**. 129 f. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo RS, 2010.

COSTA, R. S.; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista de Administração e Economia**, São Paulo, v. 52, n. 43, p. 20-33, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34212>>. Acesso em: 15 out. 2016.

GALLON, A. V.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Evidenciação contábil: itens de maior divulgação nos Relatórios da Administração das empresas participantes dos níveis de governança da BM&FBovespa. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Belo

Horizonte, v. 19, n. 2, p. 141-165, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/357>>. Acesso em: 15 out 2016.

GIACOMIN, Juciléia. **Variáveis Determinantes do Nível de Divulgação de Informações Voluntárias Ambientais**. 122 f. 2016. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo RS, 2016.

LOS, Geovana Zimmermann. **Evidenciação Socioambiental: um estudo nas empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa**. 2014, 113 p. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, São Leopoldo, RS.

MACHADO, Márcia Reis; MACHADO, Márcio André Veras; CORRAR, Luiz João. **Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo**. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v.5, n.2, p.24-38, Abr./Jun. 2009.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. 2002, 246 p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo.

OLIVEIRA, Luís Martins De; PEREZ JR., José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto Dos Santos. **Controladoria Estratégica Textos e Casos Práticos com Solução**. 9ª ed. São Paulo, Atlas, 2013.

ROVER, Suliani; MURCIA, Fernando Dal Ri; BORBA, José A; SOUZA, Flávia Cruz De. **Aspectos metodológicos da pesquisa acerca da divulgação de informações ambientais: proposta de uma estrutura para análise do disclosure ambiental das empresas brasileiras**. Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA, São Paulo, v.2, n.2, p.88-104, Maio/Ago.2008.

ROVER, Suliani. **Disclosure ambiental de empresas potencialmente poluidoras : características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil**. 2009, 98 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, SC, 2009.

ROVER, Suliani; MURCIA, Fernando Dal Ri; BORBA, José A; VICENTE, Ernesto F. R. **Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental**. Revista de Contabilidade e Organizações – RCO, São Paulo, FEARP/USP, v.2, n.3, p.53-72, Maio/Ago. 2008.

VELLANI, Cassio Luiz; RIBEIRO, Maisa de Souza. **Sustentabilidade e Contabilidade**. Revista Contemporânea de Contabilidade. ISSN 1807-1821, UFSC, Florianópolis, ano 06, v.1, n.11, p.187-206, Jan./Jun. 2009.

